



HABITAÇÕES-CIDADE DIANTE DA URBANIZAÇÃO: LIÇÕES ARQUITETÔNICAS

ANDRÉ CAVENDISH

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo.

Avenida Pedro Calmon, 550, Prédio da Reitoria, 5º andar, sala 521 – Cidade Universitária, Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21941-901.

<https://orcid.org/0000-0002-2409-0341>

E-mail: andre.moraes@fau.ufrj.br

Recebido: 15/09/2022

Aprovado: 08/09/2023

CAUÊ CAPILLÉ

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo.

Avenida Pedro Calmon, 550, Prédio da Reitoria, 5º andar, sala 521 – Cidade Universitária, Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21941-901.

<https://orcid.org/0000-0003-1204-4206>

E-mail: cauecapille@fau.ufrj.br

RESUMO

Os conjuntos habitacionais configuram um intervalo na ocupação urbana genérica e irrestrita. Em geral, as políticas habitacionais estão associadas a ordenamentos jurídicos e econômicos excepcionais, às margens do ordenamento da cidade. Um estado de exceção político e espacial, uma cidade feita de um arquipélago de arquiteturas que mobilizam a escala urbana. Assim, é valioso observar que há casos em que a arquitetura é capaz de aproveitar a oportunidade de um projeto de habitação em grande escala para produzir valores de uso, de cidade, em contraponto ao sistema de valores de troca. A fim de compreender como essas arquiteturas produzem tal efeito, este artigo se debruça sobre dois casos para extrair lições de projetos que poderiam transformar o modo como pensamos os grandes conjuntos habitacionais.

Palavras-chave: Habitação social. Conjuntos habitacionais. Política habitacional. Periferia metropolitana.

ABSTRACT

Housing complexes configure a break in the generic and unrestricted urban occupation. In general, housing policies are associated with exceptional legal and economic ordinances, on the margins of the city ordinance. A spatial and political state of exception, a city made up of an archipelago of architectures that mobilize the urban scale. Thus, noting that there are cases in which architecture can take advantage of the opportunity of a large-scale housing project to produce values of use, of the city, in contrast to the system of exchange values is valuable. To understand how these architectures produce such an effect, this article focuses on two cases to extract design lessons that could transform the way we think about large housing complexes.

Keywords: Social housing. Mass housing projects. Housing policy. Metropolitan periphery.



INTRODUÇÃO

Nos últimos dois séculos, as cidades cresceram de modo exponencial, resultando na completa urbanização (LEFEBVRE, 1974), na *expansão planetária do fenômeno urbano* (BRENNER; SCHMID, 2013) e no Antropoceno (CRUTZEN, 2002). Se esse processo esteve ligado à industrialização — que acelerou a economia urbana capitalista e conferiu alto valor de troca às terras urbanizadas, alterando inclusive a geologia do planeta (HARVEY, 2012, 2014; LEFEBVRE, 1967; SANTOS, 1996) —, hoje segue dinâmicas ainda mais complexas, sobretudo em lugares do *capital periférico* (SANTOS, 1993) e diante das recentes tecnologias de comunicação planetária.

Enquanto o processo de expansão industrial dos séculos XVIII e XIX tomou o grid como aparato capaz de produzir urbanização — como um “regime total da noção de propriedade” (AURELI, 2018, p. 161), resultando em expansões metropolitanas industriais, como Nova York, Barcelona e Buenos Aires —; a segunda metade do século XX e início do XXI acelerou o processo de colonização urbana através da dispersão [*sprawl*] da apropriação, subdivisão e abstração de todo o ambiente planetário, desde o solo — inclusive o subsolo — à atmosfera. Assim, as contrações e dilatações dos valores de troca do solo — mercantilizações da habitação, produções de naturezas baratas, etnocentrismos contemporâneos etc. (MACEDO, 2017; ROLNIK, 2015) — definem a priori a forma da urbanização, a experiência urbana passa ser a mera materialização de fórmulas de mais-valia do solo edificado.

Tem-se então o colapso do grid metropolitano pelas rodovias de conexão regional da megalópole (POPE, 1996). Esse rompimento produz dois efeitos inter-relacionados, um morfológico e outro social e político. Morfológicamente, o rompimento do grid transforma a experiência centrífuga da metrópole, isto é, uma experiência que tende à expansão do grid, em uma experiência centrípeta da megalópole, ou seja, a vivência espiral de habitar uma estrutura urbana em forma de espinha de peixe [*ladders*], constituída pelas variadas ligações individualizadas e gradativas entre as ruas

sem saída dos condomínios fechados, as rodovias que agrupam condomínios e os edifícios de escritórios de acesso restrito (POPE, 1996, p. 190). Em termos sociais e políticos, o rompimento do grid destrói a figura da sociedade de massas e produz o fim do homem universal. Crescem assim tanto a manifestação da individualização entrópica de iguais a partir da experiência espiral e egocêntrica da estrutura em espinha de peixe quanto a desfigurada multidão que co-habita as infraestruturas de mobilidade (POPE, 1996, p. 222).

Nesse contexto, com frequência, o papel da arquitetura parece ser o de mera definidora de meios mais eficientes de funcionamento do mercado. Suas formas são medidas apenas em termos de metragem quadrada vendável, taxas de ocupação, taxas de aproveitamento etc. São raros os casos de uma construção que fortaleça os valores de uso cotidianos dos espaços, em vez de seus valores de troca. A fim de combater essa anomalia de valoração — valores de troca profundamente mais importantes que valores de uso —, frequentemente apostamos em regras, taxas especiais e legislações como paliativos, que se tornam tão mais frágeis quanto mais periférica for a nação. O projeto de arquitetura, no entanto, permanece em geral o mesmo.

Abordaremos aqui uma dimensão significativa desse problema, percebida principalmente nos grandes projetos de habitação. Em muitos casos, a arquitetura desses grandes projetos permanece a mesma, seja em grandes conjuntos habitacionais para classes menos favorecidas ou em grandes condomínios fechados: uma arquitetura da valorização dos investimentos imobiliários. Assim, é valioso observar que há casos em que a arquitetura é capaz de aproveitar a oportunidade de um projeto de habitação em grande escala para produzir valores de uso, de cidade, em contraponto ao sistema de valores de troca.

Desse modo, os conjuntos habitacionais configuram um intervalo na ocupação urbana genérica e irrestrita, um contraponto à lógica da urbanização. Em geral, as políticas habitacionais estão associadas a ordenamen-

tos jurídicos e econômicos excepcionais, às margens do ordenamento da cidade. Um estado de exceção político e espacial (AURELI, 2011a, 2011b). A fim de compreender como essas arquiteturas produzem tal efeito, este artigo se debruça sobre dois casos para extrair lições de projetos que poderiam transformar o modo como pensamos os grandes conjuntos habitacionais.

BAIRRO DA MALAGUEIRA E LAFAYETTE PARK: DOIS EPISÓDIOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E URBANA ATRAVÉS ESTATUTO DO PROJETO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS

O bairro Malagueira, em Évora (1977-1996), projetado por Álvaro Siza, e o Lafayette Park, em Detroit (1958-1961), concebido por Ludwig Mies van der Rohe, Ludwig Hilberseimer e Alfred Caldwell, fazem dos conjuntos habitacionais porções de cidade: um bairro e um parque. Com mais de 1,2 mil unidades habitacionais em aproximadamente 25 hectare cada, vislumbram a superação da situação de dependência de que padecem seus territórios em relação aos centros urbanos nos quais estão próximos, e negociam a dimensão anônima e conflituosa do espaço público com aquela identitária e afetiva do espaço doméstico com sua comunidade particular. Mas o fazem através de quais meios? E como podemos representá-los?

Não se trata de estabelecer relações de causa e consequência ou de discursar sobre uma prática que se desenvolve plenamente uma vez dadas as condições políticas e sociais para tal. Não se pretende tampouco fazer uma análise histórica ou social do projeto de habitação, mas buscar estratégias que ajudem a pensar o estatuto do projeto de conjuntos habitacionais no mundo atual. Assim, trata-se menos da ressonância da obra desses arquitetos canonizados do que da contribuição de duas situações urbanas excepcionais para a cultura arquitetônica contemporânea, as quais são capazes de estabelecer um repertório de soluções projetuais para conjuntos habitacionais.

Em Portugal, há o caso da Escola do Porto e das práticas e processos do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatorio Local) (O PROCESSO..., 2014). Em um período de repressão política, a Escola do Porto constitui o principal locus de pensamento sobre o estatuto da arquitetura portuguesa e seu papel político em relação à sua cultura e povo, atrasado e periférico em uma Europa dominada por uma arquitetura moderna que se impõe (FIGUEIRA, 2002). Com a Revolução de 1974, as especulações no interior da Escola contagiam a prática a partir de um processo de transformação radical do pacto social do país, que tem na arquitetura ponto de inflexão no desenvolvimento do meio urbano e de suas dinâmicas sociais. O SAAL organiza brigadas coordenadas por arquitetos que auxiliam a população na transformação de seus próprios territórios. A prática portuguesa desloca então a condição tradicional do projeto como forma de saber disciplinar autônoma para pensá-la do ponto de vista de um fenômeno cultural, que se constitui com e pelos indivíduos.

No caso dos Estados Unidos, interessa-nos a diáspora dos arquitetos alemães Mies e Hilberseimer em Chicago. Chegados ao Novo Mundo, repensam e avançam suas visões sobre o papel social da arquitetura a partir da realidade que os envolve. A partir do encontro com o paisagista estadunidense Alfred Caldwell, a metrópole extensiva de Hilberseimer se descentraliza e se espalha sobre as pradarias americanas, enquanto a estética fabril é definitivamente absorvida pelos espaços misionários, dominados pelo corpo e pelo olho, transfigurando-se nos interiores universais do corporativismo estadunidense (ZIMMERMAN, 2014). Tanto o meio acadêmico quanto o mercado da construção absorvem pouco a pouco seus pensamentos e práticas, que, por um lado, se legitimariam como o próprio vernáculo do capitalismo nos Estados Unidos, e, por outro, tentariam uma condição de sociedade extremamente individualista a partir de formas de cooperação informadas pelo povo e pela terra (STEVENS, 2012).

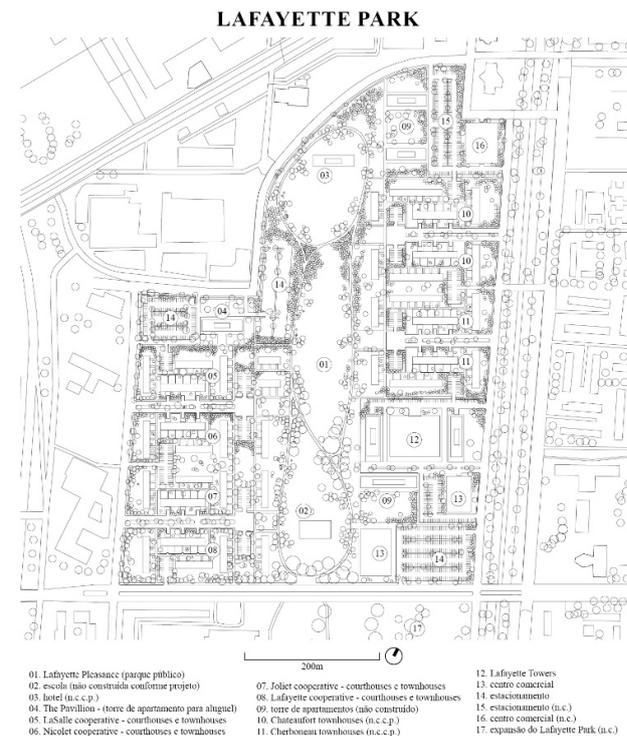
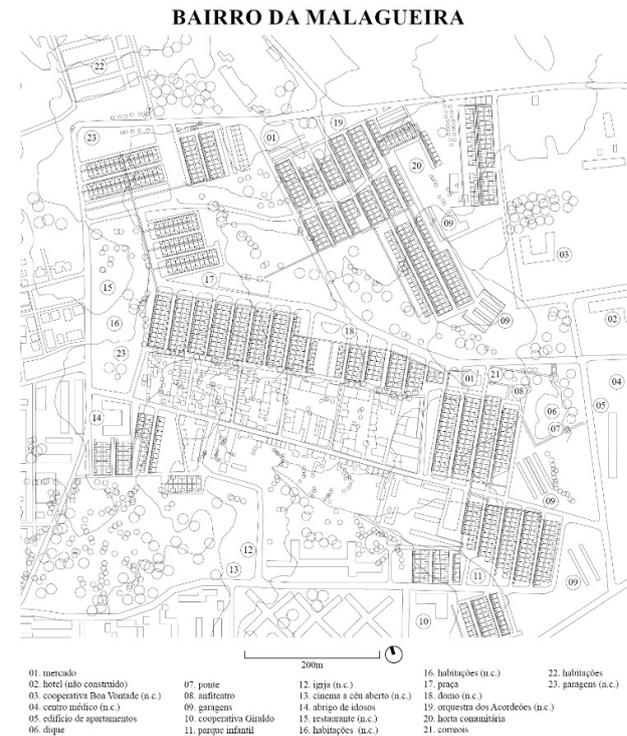
São momentos de transformação social intensa, com raízes no passado e voltadas para o futuro. Arquitetos e uma vasta gama de atores mobilizam visões sociais em projetos que mesclam uma matriz racionalista a postulados que vão de encontro à separação das funções na cidade e à retórica dualista entre a intensidade da cidade central e o sonho suburbano. Em Portugal, nos anos 1970, e nos Estados Unidos durante os anos 1950, debate-se uma cidade distinta daquela que se vê: nem centro, nem campo, nem subúrbio, nem periferia. Os códigos que produzem as cidades são tensionados nesses momentos singulares. A cultura material e imaterial informa a beleza calculada da forma arquitetônica, que é cenário de um teatro social que se quer transformado. A cidade e o social se mobilizam pela arquitetura, seja através da “vontade da época traduzida para o espaço” (JOHNSON, 1947, p. 183) ou da “organização do espaço que melhor satisfaz [...] uma sociedade em determinado momento e em determinado lugar” (TÁVORA, 2007, p. 37) — para citar Mies e Távora.

SEIS QUALIDADES

Os dois conjuntos demonstram como inovações na organização da propriedade no financiamento da construção e na organização política de operações urbanas capacitam visões arquitetônicas alternativas à realidade em que se inserem. Diferentemente do projeto social do modernismo do início do século XX — funcionalista e tecnocrático —, nos dois casos, a autonomia do pensamento arquitetônico age de modo direto no alinhamento de interesses entre a realidade material e política de um território específico e suas equipes de projetistas, seus financiadores e seus usuários, que por vezes se confundem.

Agora veremos seis qualidades desses dois exemplos de projetos de conjuntos habitacionais que tratam da construção massiva de habitação visando não a supressão de uma falta ou a erradicação de um déficit, mas a condição ativa de uma comunidade, a formação de um bairro e de um parque.

Enclave de acessibilidade pública



Mapa 1 – Bairro da Malagueira e Lafayette Park

Fonte: Elaboração nossa.

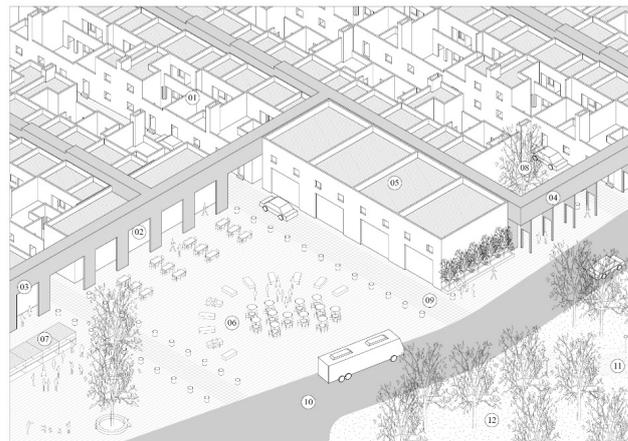
Pedestres acessam livremente os conjuntos construídos e, aos espaços vazios, são conferidos diferentes níveis de publicidade. Diferentemente da vida apolítica do condomínio fechado, para o passante — seja ele um morador ou não — a acessibilidade livre dá o caráter público dessas porções de cidade ao mesmo tempo em que deixa claro que se está em território de identidade própria. Essa dialética entre público e privado dá o tom das relações de continuidade e ruptura entre a cidade existente e as áreas projetadas. As operações de natureza topográfica e paisagística expandem os limites da arquitetura e subvertem as competências do arquiteto. Os espaços de circulação se constituem como verdadeiros espaços públicos e a estrutura constitutiva do bairro não se dá apenas pelos objetos privados da habitação. Assim, os edifícios renunciam à sua condição de objetos introvertidos para ganhar em dimensão urbana.

Em Évora, vemos um sistema em espinha de peixe que delimita ruas principais de característica mais pública que dão acesso a estreitas vias locais de acesso às habitações. Esse sistema conecta tecidos existentes e se assenta à topografia para criar uma paisagem construída, atravessada e delimitada pelo percurso da conduta — construção aérea que se assemelha a um aqueduto e distribui as infraestruturas do conjunto.

Enquanto isso, em Detroit, um sítio delimitado por vias de tráfego intenso é deixado inacessível ao transporte motorizado e penetrado apenas por vias sem saída que dão acesso às moradias do conjunto. A vegetação frondosa e as torres projetadas por Mies marcam a paisagem singular dessa pequena porção de cidade acessível aos pedestres.

Predominância de espaços desprogramados

BAIRRO DA MALAGUEIRA



- | | | |
|--|--|--|
| 01 Casas com pátio | 05 Comércio | 09 Acesso às unidades habitacionais |
| 02 Cooperativa habitacional Junta das Freguesias | 06 Anfiteatro (não construído) | 10 Rua principal |
| 03 Teatro (não construído) | 07 Feira (ocupação temporária) | 11 Iluminação pública sobre caminhos preexistentes |
| 04 "Concha" | 08 Pequena praça em volta de árvore preexistente | 12 Bosque |

LAFAYETTE PARK



- | | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|---|
| 01 Townhouses | 05 Jardins compartilhados | 09 Rua sem saída de acesso motorizado exclusivo de residentes |
| 02 Acesso compartilhado a 2 unidades | 06 Parque Lafayette Plessance | |
| 03 Jardins privados | 07 Campo de futebol | |
| 04 Escadas | 08 Estacionamento Townhouses | |

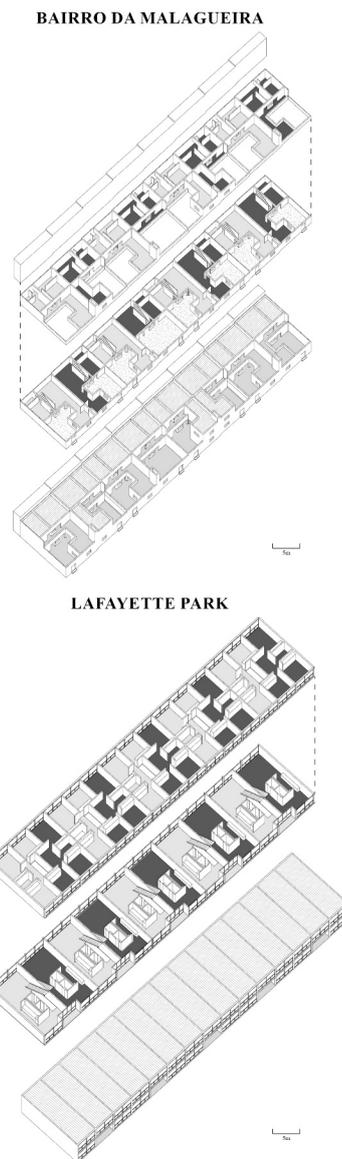
Mapa 2 – Bairro da Malagueira e Lafayette Park
Fonte: Elaboração nossa.

Não se trata da simples combinação de funções, muito menos de uma reserva de espaços deixados ao arbítrio do mercado. Espaços sem um programa claramente definido estão abertos à livre apropriação pelos habitantes e sua ocupação não se restringe a normas pre-estabelecidas. A partir da negociação entre indivíduos responsáveis coletivamente por seus próprios espaços, eventos efêmeros e ocupações mais ou menos perenes acontecem conforme os ânimos da disputa e do debate daqueles que os praticam.

Em seu plano, Siza deixa livre uma grande porção na área central da Malagueira, ocupada apenas por linhas de luminárias que marcam caminhos de pedestres pre-existentes no chão de terra. Nas inflexões da trama, recintos públicos e comércios se associam para abrir as ruas de acesso às unidades à população em geral.

Em Detroit, o parque é o centro de um sistema gradiente de espaços livres que fazem a passagem das vias mais intensas de circulação metropolitana à experiência bucólica desses espaços verdes de definição incerta. O piso gramado é palco das mais diversas atividades, dependendo de sua relação com as arquiteturas adjacentes. Sejam elas perenes, como as estruturas para crianças, ou mais temporárias, com mobiliários desmontáveis em trechos de interseção com o parque.

Paisagem fixa e interior flexível



Mapa 3 – Bairro da Malagueira e Lafayette Park
Fonte: Elaboração nossa.

Em vez de uma celebração da diversidade e da expressão dos habitantes sobre o construído, vemos uma imagem fixa de um bairro e de um parque. Entretanto, no interior de tal fixidez, as possibilidades de apropriação e organização dos espaços é extremamente flexível. A autonomia da imagem não constitui um projeto de fachada autônomo em relação ao interior, mas uma construção rígida que absorve a complexidade da vida cotidiana de seus habitantes ao mesmo tempo em que constrói uma paisagem.

As casas com pátio da Malagueira multiplicam a área de fachada das unidades e criam um espaço intermediário entre a rua pública e os interiores privados das casas. A partir do pátio se dá a possibilidade de extensão e de transformação do construído: estendem-se, adicionam-se ou removem-se cômodos, projetam-se novas coberturas ou decoram-se pátio e fachada interna à imagem e semelhança de seus moradores.

Os interiores das formas unitárias propostas por Mies são invisíveis. As esquadrias de piso a teto refletem o exterior e permitem total visibilidade a partir do interior. A imbricação das unidades nas townhouses [casas geminadas] e nas *courthouses* [casas pátio] oculta o tamanho das unidades, assim como sua distribuição interior e a organização de seus núcleos domésticos. Os espaços interiores das áreas sociais das unidades — salas e antessalas — não se definem por seus usos e suas dimensões não deixam evidentes a disposição dos móveis.

Assim, a variedade se sobrepõe à variação; à celebração da diversidade, à negociação da diferença. Uma mesma identidade arquitetônica absorve diferentes formas de morar de núcleos familiares diversos.

Delimitação de um lugar a partir da infraestrutura



Mapa 4 – Bairro da Malagueira e Lafayette Park
Fonte: Elaboração nossa.

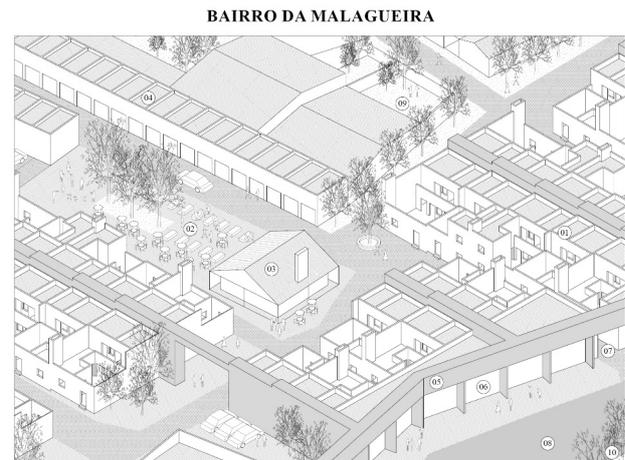
A aproximação entre paisagismo, urbanismo e infraestrutura borra os limites entre cidade e natureza e expande os da arquitetura para além da simples provisão de uma função ou do puro embelezamento do espaço construído. Vemos a delimitação de um novo sítio, ao mesmo tempo à parte e conectado àquilo que o circunda.

A conduta da Malagueira é o canal que distribui as infraestruturas das unidades, mas também um marco na paisagem. Ela delimita trechos do bairro, cria espaços públicos sombreados e serve de marquise às vias comerciais. Além de conferir identidade aos espaços percorridos pelo passante, marca uma paisagem única de modo simultâneo à materialidade da cidade medieval de Évora.

Com exceção das vias carroçáveis sem saída que penetram o parque, o Lafayette Park é todo elevado em um metro em relação ao seu entorno. Além de servir de base para a distribuição dos fluidos que desservem as habitações, o desnível gerencia a visibilidade do bairro-jardim em relação ao seu entorno e às suas vias de acesso. Através dessa mediação de níveis, realidades opostas convivem sem se ver e intensificam a experiência única de um sítio excepcional.

O tratamento arquitetônico e paisagístico das infraestruturas em nossos estudos de caso faz a mediação entre a macroescala da cidade e a microescala do lugar. Ao criar obstáculos, estabelecer passagens e gerir a visibilidade entre partes dos conjuntos, delimitam uma ideia de lugar que difere de seu entorno ao mesmo tempo em que se relacionam com ele.

Sistema contingente



- | | | |
|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 01 Casas com pátio | 05 "Conduta" | 09 Tecido urbano preexistente |
| 02 Praça | 06 Comércio | 10 Bosque |
| 03 Restaurante | 07 Rua de acesso às unidades | |
| 04 Garagens / ateliês | 08 Rua principal | |



- | | |
|---|--|
| 01 Unidades habitacionais 1 (não construído conforme projeto) | 05 Jardim compartilhado |
| 02 Unidades habitacionais 2 (não construído conforme projeto) | 06 Lafayette Placeance |
| 03 Jardins privados | 07 Estacionamento |
| 04 Rua de pedestres | 08 Rua sem saída de uso exclusivo de moradores |

Mapa 5 – Bairro da Malagueira e Lafayette Park
Fonte: Elaboração nossa.

Os dois conjuntos estudados constituem sistemas fechados estabelecidos em projeto, mas que dependem das contingências de sua aplicação em um território específico. É justamente nesse processo de mediação com o real que se mostra a condição de abertura desses sistemas. Essa abertura não está relacionada à ideia de flexibilidade de uso — ou seja, à pura utilidade —, mas ao enquadramento da diversidade e da contingência através de um método.

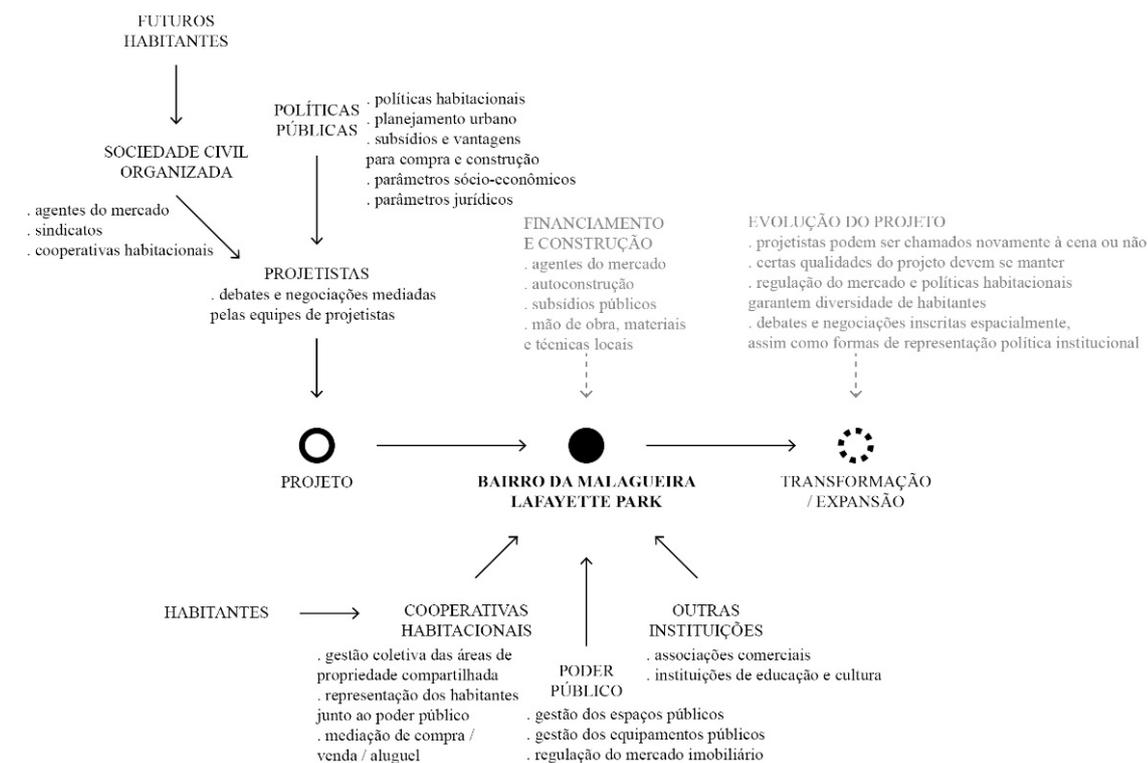
No processo de assentamento no território, a arquitetura erudita de Siza se abre generosamente às contingências de cada situação específica. Sejam construídos pelos habitantes organizados ou pelo mercado tradicional, em cada caso os métodos construtivos podem variar segundo os meios disponíveis. Com a contribuição dos futuros moradores, a articulação com trechos de tecido urbano existentes pode dar origem a uma praça; o desvio de uma árvore associada a bancos sob a condução define um espaço de estar etc.

Mesmo nos trechos do conjunto não construídos conforme o projeto original, certas características do desenho urbano de Hilberseimer se mantêm e garantem algumas qualidades a todo o conjunto. Sem a mesma natureza exuberante, nem os ricos esquemas de visibilidade e atravessamentos, a disposição dos conjuntos de residências e a organização fundiária a partir de cooperativas reforçam a dimensão comunitária desse bairro-parque independentemente do design de suas arquiteturas.

Em ambos os casos, os sistemas propostos são abertos à negociação com a vida cotidiana e aos percalços da história. Seja ainda em projeto ou no espaço já construído, indivíduos se apropriam e bricolam suas vidas em conjunto no bairro da Malagueira e no Lafayette Park.

A riqueza de passagens e atravessamentos e os esquemas de visibilidade definidos pela vegetação e pela arquitetura conferem um caráter teatral aos dois casos

Desenho jurídico



Fluxograma 1 – Esquema
Fonte: Elaboração nossa.

estudados e produzem relações significativas entre os indivíduos. Contudo, o desenho não garante a relação harmônica entre os habitantes, muito menos a gerência coletiva dos espaços. Em ambos os casos, há um aparato jurídico do modelo de propriedade e de gerência dos espaços que estimula esse modo de vida comunitário, diferentemente da lógica assistencialista e/ou mercadológica do condomínio fechado.

Na Malagueira, duas cooperativas representam mais de um terço das unidades do bairro. Suas sedes funcionam ao mesmo tempo como clube, local de encontro ou sede de diversas outras associações de bairro. Assim, promovem a ocupação dos espaços públicos do bairro com eventos, como concertos e feiras, e organizam aulas de artesanato, hortas comunitárias e espaços de trabalho coletivos. As cooperativas são também um meio alternativo de representação política da população do bairro na municipalidade.

Em Detroit, quatro cooperativas compõem os conjuntos de baixa altura do Lafayette Park e dão nome às vias sem saída que penetram o parque (Lafayette, Nicolet, Juliet e LaSalle). Elas são responsáveis por uma série de espaços compartilhados do conjunto. As três torres disputam a paisagem corporativa da cidade. Uma delas (Pavillion) é composta por pequenos apartamentos de aluguel, muito disputados entre estudantes universitários; e duas (Lafayette Towers), dedicadas à habitação de aluguel social. A Prefeitura, um hotel e uma escola pública compartilham a administração do parque. As espacialidades que vimos até aqui, associadas ao estatuto político e jurídico dessas porções de cidade, contribuem para a criação de um modo de vida singular, palco de diversidade e de solidariedade.

CONCLUSÃO

A crise de habitação ao redor do globo já dura tanto tempo que é difícil imaginar um momento em que o número de moradias disponíveis foi o suficiente para todos. No processo de urbanização, o déficit de habitação se tornou um dos recursos mais eficientes de

aprisionamento financeiro da população em geral. Seja sob a forma de financiamento ou aluguel, somos forçados a viver em condições de dívida perpétua. Em outras palavras, para poder habitar — para poder estar/ser na cidade (e no mundo totalmente urbano) — é necessário vender a maior parte de nossa vida ativa, sob a forma de trabalho pago.

Nesse sentido, a provisão habitacional deixa de ser enquadrada como responsabilidade pública a partir de suas regulações e subsídios e passa a seguir uma lógica de mercado baseada na ideia de oferta e procura. Ou seja, a questão da habitação resume-se à gestão de um déficit habitacional. Isso resulta em uma “agonia entre a transformação material de um território singular e uma conjuntura onipresente que tende a reproduzir relações de poder desiguais cada vez mais reconhecíveis ao redor do globo” (ROLNIK, 2015, p. 10).

Nas primeiras cidades e cidadelas, e durante muito tempo, forma social e forma construída coincidiram em um todo unitário — pensamos aqui nos aglomerados de Çatalhöyük, nas malocas dos povos da floresta ou nas terras comunais do medievo. Com a divisão do trabalho a partir da lógica industrial, a implantação extensiva da propriedade privada e o surgimento do Estado moderno, o caráter dessa relação entre forma construída e forma social é transformado. Vemos, então, uma divisão. Uma alta arquitetura, assombrada pela vontade de durar e de emitir signos em direção ao futuro, oposta a uma baixa arquitetura, ou arquitetura menor, que é a forma do construído acordada à maior parte da população, com sua rede de afetos e sua linguagem formal vernácula. “De um lado, o poema hinário da fundação e, do outro, a prosa do habitat” (BAILLY, 2013, p. 250).

Contudo, a construção massiva de habitação destinada a abrigar camadas inteiras da população excluídas dos centros urbanos não é um fenômeno recente. Essa urgência, que nascera nos países europeus que se industrializavam ao longo do século XIX, coloca a habitação como questão preponderante dos assenta-

mentos humanos. O modernismo colocou a habitação no centro do debate sobre o desenvolvimento humano — social e tecnológico. A crença no progresso e no acesso universal aos prazeres e confortos de uma vida que se reproduz alienada e separada das fontes de produção dá à prosa do habitat status de alta arquitetura.

Como tal, o projeto de um conjunto habitacional constitui uma unidade tanto territorial e social quanto política e espacial. Mesmo dependente de um corpo de condições econômicas, políticas, sociais e disciplinares, a espacialidade é aspecto primordial e fundador desse recorte. Por isso, envolve a criação de uma forma de se relacionar em comunidade, uma forma de vida e de um possível fazer comum (DARDOT; LAVAL, 2017).

No bairro da Malagueira e no Lafayette Park, cooperativas, sindicatos, habitantes organizados, membros das esferas de representação política, projetistas e agentes do mercado se fundem em força cultural em um “território físico porque existencial” (COMITÉ INVISIBLE, 2014, p. 202, tradução nossa). Contudo, não se trata aqui de afirmar uma correspondência entre forma política, social e construída. Os projetos do bairro da Malagueira e do Lafayette Park marcam mais uma certa intencionalidade sociológica do que um projeto social. Não se trata tampouco de um projetar *para*, mas de um projetar *com*, da constituição de um *porquê* mais que de um *como*, da construção de uma paisagem cultural, de uma perspectiva de mundo coletiva. Trata-

-se de projetos que vêm do interior do corpo social, que têm nossos projetistas como parte constituinte e constitutiva, como uma “liderança não autoritária” (CLASTRES, 2017). A partir das lições arquitetônicas extraídas de duas porções de cidade projetadas e construídas, forma construída e forma social voltam a se fundir na tentativa de reposicionar outros futuros possíveis para nossa espécie.

Em *Depois do futuro*, o crítico e teórico italiano Franco Berardi recorre à história da arte para pensar sobre um fenômeno incontornável dos tempos atuais: a crise de imaginação e o fim do futuro como horizonte — ou destino-manifesto — do progresso humano. Dos valores estéticos dos futuristas italianos à ética da revolta cyberpunk, o autor busca ultrapassar uma dualidade que nos leva à *crise de futurabilidade*, a oposição entre a capitulação dos responsáveis pela crise e a imobilidade da revolta. Quem sabe as lições do Malagueira e do Lafayette Park não sejam uma dessas possibilidades que se traduzem em potência e, eventualmente, em poder efetivo. A partir de Berardi entendemos *possibilidade* como um “conteúdo inscrito na constituição do presente, imanência do possível”; *potência* como “a energia subjetiva que desenvolve as possibilidades e as atualiza”; e *poder* como, “a seleção e a imposição de uma possibilidade entre muitas, [...] como um paradigma que informa a série de atos posteriores” (BERARDI, 2019, p. 178).

REFERÊNCIAS

- AURELI, Pier Vittorio. Appropriation, Subdivision, Abs-traction: A Political History of the Urban Grid. *Log*, New York, n. 44, p. 139-167, 2018.
- AURELI, Pier Vittorio. The City as a Political Form: Four Archetypes of Urban Transformation. *Architectural Design*, London, v. 81, n. 1, p. 32, 2011a.
- AURELI, Pier Vittorio. *The Possibility of an Absolute Architecture*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2011b.
- BAILLY, Jean Christophe. *La Phrase urbaine*. Paris: Seuil, 2013.
- BERARDI, Franco. *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu, 2019.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. The “Urban Age” in Question. *Leibniz: International Journal of Urban and Regional*, Hoboken, NJ, v. 38, n. 3, p. 731-755, 2013.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Ubu, 2017.
- COMITÉ INVISIBLE. *À Nos Amis*. Paris: La Fabrique, 2014.
- CRUTZEN, Paul. Geology of Mankind. *Nature*, London, v. 415, n. 3, p. 23, 2002. DOI: 10.1038/415023a
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*. ensaios sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FIGUEIRA, Jorge. *Escola do Porto: um mapa crítico*. Coimbra: Edarq, 2002.
- HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012. Dossiê: Barricadas Urbanas.
- HARVEY, David. The Crisis of Planetary Urbanization. In: GADANHO, Pedro (ed.). *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*. New York: The Museum of Modern Art, 2014.
- JOHNSON, Philip. *Mies van der Rohe*. New York: The Museum of Modern Art, 1947.
- LEFEBVRE, Henri. La Production de l'espace. *L'Homme et la société*, Paris, n. 31/32, p. 15-32, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. Le Droit à la ville. Paris: *L'Homme et la société*, Paris, n. 6, p. 29-35, 1967.
- MACEDO, Eric. A maldição dos recursos. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 10, p. 10-19, 2017.
- O PROCESSO SAAL: arquitetura e participação 1974-1976. Porto: Fundação de Serralves, 2014. Catálogo de exposição.
- POPE, Albert. *Ladders*. New York: Princeton Architectural, 1996.
- ROLNIK, Raquel. *A guerra dos lugares*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 1996.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- STEVENS, Sara. *Developing Expertise: The Architecture of Real Estate, 1908-1965*. 2012. Thesis (PhD) – Princeton University, Princeton, NJ, 2012.
- TÁVORA, Fernando. *Da organização do espaço*. Porto: FAUP Publicações, 2007.
- ZIMMERMAN, Claire. *Photographic Architecture in the 20th Century*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

Este artigo é resultado de pesquisa realizada com bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).